

Felicidade e trabalho

É grande, e crescente, o número de pesquisas interessadas em descobrir o que é felicidade e o quanto as pessoas são felizes. Essas pesquisas ilustram novo humor em que a busca pela felicidade é um imperativo categórico. O artigo percorre rapidamente alguns momentos da história da felicidade no Ocidente e especula sobre seu sentido na atualidade. Por fim, analisa as relações entre felicidade e trabalho e questiona a real extensão em que as pessoas podem ser felizes nas organizações.

por **Pedro F. Bendassolli** FGV-EAESP

Em 1996, o jornal *Folha de São Paulo* realizou uma pesquisa cujo foco era descobrir se, e quanto, o brasileiro julgava-se feliz. Como resultado, encontrou que 65% dos brasileiros consideravam-se felizes com suas próprias vidas e 43% deles achavam que o Brasil era o país mais feliz do mundo (!). Dez anos depois, a *Folha* repetiu a pesquisa e, no ano passado

(2006), encontrou que o índice de felicidade do brasileiro havia subido para 76%, ou seja, 11 pontos percentuais a mais do que o registrado no primeiro estudo.

Já em relação especificamente à satisfação com o trabalho, o Instituto DataFolha realizou uma pesquisa no início de 2002 e encontrou que 61% dos brasileiros se sentiam

felizes ou muito felizes em seu trabalho. Entre algumas das principais razões para esse índice, destacava-se a percepção de auto-realização por meio do trabalho. Salários e remunerações também figuravam como importantes, mas não menos do que bom ambiente de trabalho, colaboração e relacionamento saudável com a chefia.

Convidados a comentar esses números, alguns especialistas divergiam, à época, em termos de se essa felicidade em alta do brasileiro não poderia ser sintoma de contentamento acrítico (semelhante ao do rebanho indo ao abate) ou se, pelo contrário, ela confirmaria uma disseminada intuição popular sobre ser nossa gente esperançosa e feliz – apesar das dificuldades. Havia também os que aventavam que felicidade é um tema subjetivo, cuja avaliação é feita pelo próprio indivíduo e, portanto, algo de difícil mensuração. Com isso, aqueles números sobre a felicidade do brasileiro poderiam ser questionados em termos primariamente metodológicos.

Algumas pessoas acreditam que felicidade e trabalho não têm qualquer relação, sendo antes contraditórios: feliz é quem não trabalha.

Subjetivas ou não, o fato é que pesquisas semelhantes estão se multiplicando ao redor do mundo e gerando uma gama impressionante de informações sobre felicidade. E no comando de tais pesquisas não encontramos apenas psicólogos, filósofos ou outros profissionais tradicionalmente envolvidos com "questões de espírito", como parecia ser o caso da felicidade: encontramos também economistas, psiquiatras, historiadores e neurologistas. Aliás, talvez isso seja sinal dos tempos – talvez a felicidade não seja mais, como já fora dantes, uma genuína "questão de espírito", mas sim uma aspiração bastante mundana, entrelaçada a classe social, nível de renda, escolaridade, clima do país, genes, drogas (lícitas e ilícitas) e emprego.

Como recentemente comentou um respeitável estúdio do tema, só o fato de haver intensa profusão de estudos sobre felicidade já é um indício de que nem tudo vai bem.

Em geral, quando nos interessamos muito por um assunto é porque ele nos afeta em um nível profundo, seja por nos angustiar, intrigar ou faltar, seja por ser um tema transformado em ideal cultural, um desejo obrigatório que rege a organização social e, portanto, impele a todos. Tanto em um caso como no outro, e colocando de forma mais clara, o excesso de holofote é sinal de que o jogo é importante.

Questão antiga. A bem da verdade, o tema da felicidade é muito mais antigo do que as pesquisas recentes sobre ele. Na Grécia antiga, para filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles, a felicidade era uma questão de levar uma vida boa, virtuosa, devotada à intelectualidade e aos bens mais elevados da existência, como a filosofia (e não, por exemplo, ao trabalho!).

A grande guinada dada por esses homens, especialmente por Sócrates, foi a defesa de que a felicidade era algo ao alcance do ser humano, o desejo mais sublime e superior a que o homem poderia aspirar, algo muito além da mera satisfação dos sentidos corporais. Apesar de essa afirmação ser facilmente entendida por qualquer um que viva no século XXI, no mundo antigo ela se voltou contra uma verdade bastante arraigada: a de que a felicidade era o que acontecia ao homem, e não alguma coisa que ele pudesse controlar. Na prática, a filosofia seria o instrumento (ou a técnica) pelo qual o homem alcançaria a felicidade e conduziria sua vida sob o punho da razão.

Vêm ainda da Grécia e Roma antigas outras visões influentes da felicidade que sobreviveu aos séculos. Uma delas propõe que a felicidade está centrada no prazer, ou na ausência de dor física. Para os epicuristas, que partilhavam dessa perspectiva, a felicidade provinha da prudência e do cultivo do pensamento e do autoconhecimento como forma de dispersar a ansiedade e a angústia mental. Basicamente, a mensagem do epicurismo consistia na insistência para que os homens distinguissem os desejos necessários daqueles que não o eram; com isso, acreditava Epicuro, eles evitariam a dor desnecessária nascida do descontrole e do excesso ou então das ilusões ou "superstições".

As mesmas idéias podem ser encontradas entre os filósofos estoicos, que acabaram por desenvolver uma filo-

sofia de regulamentação do desejo. Para os estóicos gregos e romanos, entre eles Sêneca, a felicidade estaria ligada à redução radical do número de nossas aspirações ou desejos. O estoicismo exortava seus seguidores a cortar o mal pela raiz: a fonte da infelicidade residiria em nossa tendência de querer demais, ou então em nossa dependência de tudo que não está ao nosso alcance. Como resposta, o estoicismo defendia a necessidade de ajuste entre desejos, recursos e realização. Quer dizer, ou desejamos muito e aumentamos os meios para realizar esses desejos, ou então desejamos menos, ajustando-nos aos nossos recursos.

Além de antigas, essas primeiras e célebres visões da felicidade deixam como mensagem principal que alcançá-la requer um trabalho duro e austero. Adicionalmente, os antigos avaliavam a felicidade de uma vida por inteiro, e não apenas momentos felizes ou episódicos. Conseqüência de uma vida virtuosa, acompanhada ou não pelo prazer, a felicidade ocorria àqueles que conseguissem ter um espírito equilibrado e sereno.

O santo graal moderno. Os gregos nos legaram uma herança que impregnou profundamente nossos hábitos pessoais e culturais: não nos conformamos com nossa sorte, não aceitamos as coisas como elas são, mas buscamos transformá-las. A essa herança grega veio somar-se a concepção cristã de liberdade. Na verdade, o cristianismo é o principal responsável pela introdução da liberdade individual no universo da ética e do agir humanos no Ocidente.

Para que se possa pecar ou ser santo, é necessário que se escolha entre o bem e o mal, entre Deus e o Diabo. Para escolher, é necessário ser livre. Aqui encontramos a origem do “voluntarismo” em nossa cultura, onde se acredita que querer é poder e se advoga nossa capacidade de traçar nossos próprios destinos. Nada mais forte, no mito moderno do sucesso, do que essa idéia de autodeterminação, de permanente insatisfação – com o quanto ganhamos, com o quanto temos, com nossos empregos, parceiros e tudo o mais.

A modernidade difundiu a crença no direito de todo ser humano alcançar a felicidade. Talvez o marco histórico desse novo humor tenha sido a Declaração da Independência norte-americana. Nela, Thomas Jefferson enuncia que todos os homens têm o direito inalienável de buscar sua

felicidade. Escrita em 1776, essa Declaração é, sem dúvida, uma ode à ideologia do individualismo contemporâneo, para a qual a busca da própria felicidade é um fim que às vezes justifica todos os meios. Doravante, a satisfação e o bem-estar materializar-se-iam nas várias “sociedades da afluência” de que foi testemunha a segunda metade do século XX.

O que seria a felicidade no âmbito da moderna ideologia do sucesso? Arriscamos dizer que ela é o inverso do que era nas sociedades antigas: felicidade é um excesso ou a obstinada luta para afastar qualquer sensação de falta ou vazio. Nada mais longínquo no tempo do que a idéia de felicidade como moderação, equilíbrio entre desejo, recursos e realização.

Contudo, como a felicidade é, por sua própria natureza, algo incerto e indefinido, ela não pode ser plenamente satisfeita. Há várias explicações para isso, mas todas convergem no sentido de uma mesma conclusão: não sendo ou não podendo ser satisfeita, a busca pela felicidade moderna alimenta uma ânsia sem fim por objetos e sensações. Essa ânsia, por sua vez, sustenta nosso modo de produzir e acumular, de sorte que o índice de felicidade é medido pelo quanto podemos ostentar na vitrine do consumo. Privados de forma cada vez mais crônica de vida interior, os indivíduos passam a depender excessivamente de objetos externos a eles, bem como do ambiente social em que vivem, marcado pela luta constante por *status*, poder e prestígio.

Consoante a essa interpretação, Darrin M. McMahon, historiador que escreveu um brilhante ensaio sobre a história da felicidade desde a Antiguidade até nossos dias, afirma que a rota moderna da felicidade é traçada no horizonte de uma sociedade hedonista. Para ele, a mídia e o marketing criaram uma idéia de felicidade que vai ser difícil de controlar, composta de crenças que realçam o imperativo de ser feliz e de obter satisfação em todas as esferas da existência. Em matéria de felicidade, as exigências são severas – exemplo é a sensação, banal, de que “a vida está passando e eu não estou aproveitando”.

McMahon talvez seja mais freudiano do que ele próprio admita: para ele, o graal moderno em que se consubstanciou a busca da felicidade pode gerar mais frustração do que recompensas. Gilles Lipovetsky captou sensivelmente essa possibilidade dizendo que o mais novo produto de

nossa época é a "sociedade da decepção". Prova disso é o crescente número de deprimidos nas sociedades abonadas do Primeiro Mundo – bem como aqui no "país da felicidade". O Brasil é um dos países em que mais se consomem antidepressivos no mundo.

Outros pesquisadores do tema, como Richard Layard, confirmam essa constatação de McMahon. Layard, em livro recente, afirma que maior renda *per capita* não aumenta, necessariamente, o índice de felicidade. Às vezes é o contrário que se observa. Layard lança mão de dados que mostram que ao redor de 15% dos norte-americanos, que desfrutam de invejável renda, já revelaram alguma vez sinais de depressão maior.

Felicidade e trabalho. E quanto ao trabalho, poderíamos dizer que ele traz felicidade? Neste ponto do artigo gostaríamos de fazer algumas associações entre felicidade, trabalho e organizações no Brasil.

A primeira questão que temos de responder é qual a relação entre felicidade e trabalho. Algumas pessoas acreditam que ambas não têm qualquer relação, sendo antes contraditórias: feliz é quem não precisa trabalhar. Contudo, há aqui claramente um paradoxo, talvez típico da cultura brasileira: ao mesmo tempo em que as pessoas desejam o trabalho quando não o têm, elas diminuem seu valor

quando empregadas. A angústia de ser desempregado só se iguala à angústia de ter um patrão.

É provável que esse paradoxo se explique no contexto da tradição ocidental sobre a felicidade anteriormente apresentado: de um lado, o ideal da felicidade como vida boa – uma vida simples, tranqüila e estável, com poucos desejos, mas desejos certos; de outro, o ideal moderno do sucesso – uma vida agitada, apossada pelo fantasma do fracasso, pelo medo de não ter *status* ou de ficar “empacado”. Ambos os ideais estão costurados no sentido do trabalho no Brasil. A consequência disso é a relação de amor e ódio típica do brasileiro com o trabalho: o desejo de que logo chegue o final de semana e o tédio quando as férias se prolongam.

Talvez isso mostre que o mais importante, para a felicidade no trabalho, seja a atividade em si, e não o modo como ela se institucionaliza. Fazendo eco ao que Karl Marx havia dito há mais de um século, o trabalho (não o emprego) é meio privilegiado para a auto-expressão do indivíduo. Naturalmente, essa é uma visão inteiramente contaminada pela modernidade. Nesta, o “ser” se revela na ação, e não na contemplação. Pessoas que não têm uma atividade, que não canalizam suas energias para sua finalização, podem simplesmente se desconectar do convívio social, seja pela violência ou mesmo pela mais pura passividade e apatia.

Nesse sentido, o trabalho é uma importante forma de pedagogia do caráter.

Contudo, sabemos que o trabalho pode ser igualmente uma das mais funestas causas de sofrimento, mental e físico. Basicamente, isso ocorre quando a organização do trabalho (leia-se, sua institucionalização) impõe limites àquela auto-expressão do indivíduo. Aqui temos um outro paradoxo, pois quanto mais, na sociedade em geral, se difunde a obrigação generalizada da busca pela felicidade, mais as pessoas tornar-se-ão reticentes em embarcar em um trabalho desprovido de conteúdo. Desse modo, a contrapartida da apologia da felicidade é uma elevação no patamar de exigências quanto ao grau de sentido e prazer que um trabalho deve ter para ser satisfatório. Com isso, as expectativas com relação ao RH das empresas estão se tornando cada vez maiores.



Felicidade e organizações. E o que dizer sobre felicidade nas organizações? Em primeiro lugar, é importante lembrar que, nas principais correntes de gestão de pessoas da atualidade, não encontramos, explicitamente, a palavra felicidade, mas sim uma tradução objetiva dela: satisfação ou motivação. As teorias de motivação, originadas por volta da década de 1930, enfatizam os aspectos conscientes da vontade humana causadora do comportamento. Por que as pessoas agem, por que fazem o que fazem? A resposta dos primeiros teóricos de motivação era de que elas agiam tendo em vista o objetivo de satisfazer algumas necessidades ou evitar sanções provenientes do ambiente.

Essas teorias de motivação foram sendo pouco a pouco alimentadas e transformadas pela fonte mais profunda sobre felicidade. Assim, se no passado uma necessidade “de massa” poderia ser a conquista da casa própria por meio do salário, bem como a troca da criatividade e liberdade pela segurança do emprego, hoje essa necessidade pode não fazer mais sentido a todos, assumindo nuances mais sutis. Do ponto de vista da gestão de pessoas, isso impõe desafios inéditos, como o de distinguir diferentes estratégias de motivação. Até este ponto talvez o leitor não encontre nenhuma novidade.

Na verdade, em nosso modo de ver o aspecto mais importante da interface felicidade-organização ocorre em nível mais profundo. É no nível do desejo, e não no da satisfação, que o tema da felicidade emerge com todas as suas cores. Nem mesmo os defensores das teorias motivacionais à americana cometem o erro de confundir satisfação com felicidade. A plataforma das teorias de motivação, em geral, é a estabilidade cognitiva das necessidades. Ou seja, as pessoas, em diversos momentos de suas vidas, sabem ou conhecem aquilo de que necessitam. Ao contrário, o desejo é o campo do indefinido; é a insaciabilidade em estado puro. O que nos faz felizes hoje pode ser radicalmente diferente amanhã; daí a dificuldade em se alcançar, em definitivo, o graal da felicidade.

Menos pode ser mais. Como conclusão, arriscamos aqui um palpite: as organizações não são lugares para se encontrar a felicidade. Enquanto instituições, são conservadoras: não podem oferecer mais do que um contrato de troca. Elevar as expectativas quanto à sua capacidade de nos

conceder mais do que isso é depender de uma crença ou fé semelhante à que os antigos gregos temiam por saberem que não poderiam deixar sua vida em mãos tão fortuitas e passionais como as dos deuses.

Talvez Freud estivesse certo ao dizer, em um de seus ensaios mais contundentes (“Mal-estar na Civilização”), que “não há uma regra infalível que se possa aplicar a todos” [para se alcançar a felicidade]. Cada homem deve encontrar por si mesmo de que modo específico pode ser salvo”. Ainda de acordo com Freud, o maior cuidado que devemos tomar é o de não apostar todas as fichas num único lance.

A conclusão mais ousada daquele ensaio de Freud é de que não há limites para os desejos e aspirações humanos. O “princípio do prazer”, regido pela lógica do “quero, logo tenho; quero, logo sou”, faz da vida uma tragédia – pois, queiramos ou não, o mundo não está aqui para atender a todos os nossos desejos; no fim, o acaso (ou a deusa Fortuna, para os antigos romanos) é muito mais forte. O teatro grego foi exemplar quanto a isso: a tragicidade ocorre porque, contra todas as forças em contrário, continuamos, e devemos mesmo continuar, aferrados à nossa busca pela realização de nossos desejos.

Enquanto a felicidade depender de acumulação de renda, patrimônio, sucesso, *status* e poder, continuaremos a ser infelizes. E por quê? Porque, diria Schopenhauer refletindo os antigos, não temos controle sobre as coisas externas a nós. Isso, não há dúvida, pode parecer estranho e contra-intuitivo para a maioria dos leitores deste texto. Mas não há acumulação suficiente que possa saciar nossas aspirações; propriedade e desejo nunca se ajustam, exceto em equilíbrio instável. Como disse em certa monta Max Weber, o homem só vai parar quando consumir o último combustível fóssil deste planeta. Talvez o remédio seja aceitar a sobriedade e o comedimento freudianos, que nos trazem de volta um pouco do estoicismo e do epicurismo antigos.

Pedro F. Bendassolli
Doutor em Psicologia Social pela USP
Prof. do Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração – FGV-EAESP
E-mail: pedro.bendassolli@fgv.br